

A EDUCAÇÃO SUPERIOR DA MICRORREGIÃO DAS CHAPADAS DO EXTREMO SUL PIAUIENSE: UM OLHAR HISTÓRICO

Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira (UFPI)¹

GT 11 – História, Memória e Educação

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Procura-se com esse estudo dar início a uma tentativa de reconstrução da História da Educação Superior da Microrregião das Chapadas do Extremo Sul Piauiense, procurando fazer uma relação entre a história regional e a brasileira, de forma que se possa ampliar o ponto de historicidade que para Vieira (1982), possibilita mostrar os processos contraditórios, as determinações históricas de tempo e espaço.

A educação em sua complexidade consiste em uma “prática social histórica”, que se constrói durante todo um processo, que por sua vez é dinâmico, multidimensional, exposto a vários olhares. Há uma inter-relação entre vida e educação, que se misturam em suas práticas, sendo que, “[...] há educações desiguais para classes desiguais, há interesses divergentes sobre educação, há controladores” (BRANDÃO, 1981 apud LOPES, 1989, p. 36). Ao se reconstruir o processo histórico dessa Microrregião percebe-se nas inter-relações existentes a confirmação das palavras de Brandão, o que mostra a importância de investigar no decorrer da pesquisa quais são os verdadeiros interesses que levaram à expansão da educação superior, principalmente pela forma rápida como essa aconteceu.

Considera-se a educação como fundamental para o desenvolvimento humano, pois “[...] somente na sociedade humana existe um processo intencional para tornar humanos os animais humanos”, logo, “A educação é um processo de humanização” (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002, p. 95). Desta forma, para reconstrução de um processo histórico de educação, torna-se importante reconhecer que esse envolve inter-relações políticas, sociais, econômicas e culturais. Deve-se assim perceber que a história não está somente voltada para o julgamento do passado, a fim de que se possa dele extrair lições para o presente ou para o futuro, mas tem-se que ter uma visão de que ao se fazer história, ou como diz Lopes e Galvão (2001, p. 16) para se fazer uma leitura do mundo como um historiador, deve-se partir primeiramente da disposição de “ler, ver, ouvir e contar... o outro”.

Não se pretende com esse estudo apontar soluções para os problemas da contemporaneidade, nem tão pouco projetar o futuro do ensino superior nessa região, pois, não é essa função da história, embora esta parta, segundo as autoras supracitadas, necessariamente de questões que se colocam presentes e que auxiliam a sua compreensão, por se apresentarem distante, provocando de certa forma um estranhamento em relação a ele. Pretende-se então, analisar a historicidade da Universidade Pública no Piauí, seguindo uma tendência de um estudo regional mais localizado, mais circunscrito, neste caso voltado para a Microrregião das Chapadas do Extremo Sul, procurando acompanhar a trajetória de expansão da educação nesse Estado até a cidade de Corrente.

¹ Professora, graduada em Pedagogia, especialização em Marketing - UFPI, Políticas Públicas - UFPI, mestranda em Educação.

Procura-se seguir uma abordagem qualitativa por meio de uma visão da Nova História Cultural, valorizando-se os novos sujeitos e os novos objetos, de certa forma esquecidos no decorrer da reconstrução desse processo. Assim, este estudo, para melhor compreensão, será dividido em: origem do ensino superior no Piauí; a expansão da educação superior para a região do Extremo sul do Estado; a Educação Superior em Corrente: Memórias da “Capital da Cultura”.

ORIGEM DO ENSINO SUPERIOR NO PIAUÍ

A implantação do Ensino Superior no caso do Piauí pode-se afirmar que aconteceu tardia em relação a outros Estados, segundo Brito (1996, p. 84), esse ensino: “[...] mostrava-se cauteloso. [...] O primeiro estabelecimento de ensino superior no Estado, a Faculdade de Direito do Piauí nasceu da iniciativa privada como resultado do esforço de alguns intelectuais” (BRITO, 1996, p. 84). Conforme o autor essa implantação ocorreu com o apoio do Interventor Federal Capitão Joaquim de Lemos Cunha, sendo que a Faculdade de Direito do Piauí foi instalada no dia 14 de abril de 1931.

Contudo, para entender essa realidade precisa-se partir da compreensão de que não é possível explicar nenhum acontecimento social, sem, no entanto, reconhecer as relações mantidas por este com os outros fatos e o todo social. Há sempre uma interdependência, que faz uma conexão com a totalidade dos fatos e não apenas uma justaposição destes, como se o todo fosse apenas o somatório de suas partes. Assim, segundo Cunha (1980, p. 206) esse contexto em termo de ensino superior era marcado por uma política nacional autoritária que iniciou já em 1931, por Francisco de Campos primeiro ministro da educação, que [...] elaborou o Estatuto das Universidades Brasileiras, vigente por 30 anos. Também os liberais, por conta do elitismo [...] tinha no ensino superior grande parte das suas preocupações”. Conforme o autor, sob essa orientação foram criadas a Universidade de São Paulo (1934), a Escola de Sociologia e Política e a Universidade do Distrito Federal (1935).

Quando se fala que a implantação do ensino superior no Piauí foi tardia em relação aos outros Estados, pode-se usar essa mesma característica para o Brasil, pois se percebe que não existia vontade política de Portugal em relação a esse assunto, essa intenção mostra-se claramente nas palavras de Luckesi (2001, p. 34), confirmando que “Portugal não permitia, apesar dos esforços dos jesuítas, a criação de uma universidade no Brasil, já que nos demais países da América Latina, de colonização espanhola o comportamento, foi outro”.

Desta forma, até a chegada da família real ao Brasil (1808), os estudos dos luso-brasileiros eram realizado na Europa, especialmente em Coimbra-Portugal. Segundo Luckesi (2001) foram diplomados por volta de 2.500 brasileiros nesse período.

Em consequência da chegada da Corte no Rio de Janeiro, ou seja, da vinda de D. João VI para a Colônia, é instituído no Brasil o chamado ensino superior. Assim, em resposta as necessidades militares da Colônia, nascem as aulas régias, os cursos, as academias.

Observa-se que durante a era colonial surgiu, como resultado da união de cursos, algumas faculdades, como exemplo se tem: dos cursos de anatomia, cirurgia e medicina, a Faculdade de Medicina na Bahia (1808); Faculdades de Direito de São Paulo e Recife, em 1854. Posteriormente os cursos civis se separam dos militares, constitui-se a Escola Militar e a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, logo após é inaugurada a Escola de Engenharia em Minas Gerais. “Por volta de 1900 estava consolidado, no Brasil, o ensino superior em forma de Faculdade ou Escola Superior” (REIS FILHO, 1978, apud LUCKESI, 2001, p. 34).

Assim, voltando o olhar para a década em que foi implantada a Faculdade de Direito no Piauí, percebe-se que o panorama político demonstrava um início de um esforço na tentativa de arrumar e transformar o ensino superior no Brasil. De forma que “[...] o ajuntamento de três ou mais faculdades podia legalmente chamar-se de Universidade” (LUCKESI, 2001, p. 34). A Universidade de São Paulo criada em 1934, expressando uma intenção de superar o simples agrupamento de faculdades.

Nesse momento histórico já era reconhecida a necessidade da educação, e nesse caso da educação superior que para a sociedade brasileira conforme Brito (1996, p. 85), “A formação versátil dos cursos de direito possibilitava aos bacharéis adaptar-se com relativa facilidade às novas condições políticas e sociais de uma sociedade em mudança”. O autor considera que é a partir daí que vai ocorrer um “bacharelismo dominante” principalmente na área política e cultural e, conseqüentemente a proliferação das faculdades de direito. Percebe-se na citação abaixo a expressão do ideal de educação da época e os sentimentos das pessoas em relação ao curso:

[...] o ideal da educação era o Doutor (Dr.) bacharel em Direito ; se o país era pobre, paupérrimo em escolas superiores; se toda mulher tinha sonho: casar com Doutor, se todo homem almejava ser doutor, era natural que a semelhança da lei da oferta e da procura , houvesse multiplicação anormal das Faculdades de Direito [...] . O Piauí, embora no período um estado de economia predominantemente agropastoril, adotava o modelo educacional então vigente no País. [...] Por muitos anos a Faculdade de Direito do Piauí constitui-se na única alternativa para formação em nível superior da juventude piauiense (TOBIAS, 1986, apud BRITO, 1996, p. 85).

Observa-se que nessa época se privilegia o curso jurídico, conseqüentemente as Faculdades de Direito, valores herdados do período imperial, que se projetaram no contexto piauiense. Essa valorização apresenta-se mais evidente na Primeira República. Nesse contexto no dia primeiro de julho de 1931 a Faculdade de Direito do Piauí inicia suas atividades docentes. Posteriormente, devido as grandes dificuldades encontradas pelos mantenedores dessa Faculdade, esses transferiram a responsabilidade de manutenção para o governo estadual, segundo Brito (1996, p. 86), “[...] pelo Decreto nº 1.471 de 16 de agosto de 1932, considera a Faculdade como estabelecimento de ensino superior do Estado e assume seu custeio e manutenção”.

Porém, com o advento do Estado Novo, ocorreram alterações no ensino em todo o País, de forma que a Faculdade de Direito do Piauí, sofreu diretamente os reflexos dessa política sendo “[...] um dos primeiros atos do governo ditatorial [...] a desoficialização da Faculdade de Direito pelo Dec. nº 30 de 08/02/38. Ocorreu uma reação dos professores que assumiram essa responsabilidade decidindo manter a Faculdade como estabelecimento particular de ensino superior, com o apoio do Governo estadual da época que assegurou subvenção à Faculdade e doou um local para seu funcionamento, conforme o Dec. Nº 55 e 56 do dia 11 de novembro de 1938. Mas, seu reconhecimento só é concedido no último ano da ditadura Vargas, “[...] pelo Dec. Lei nº 17.551, de 9 de janeiro de 1945” (BRITO, 1996, p. 87).

A implantação do ensino superior nesse Estado é de fundamental importância para todos os setores: econômico, político e cultural. Observa-se, porém, que os egressos desse ensino acabavam por ingressar no “magistério secundário e normal” e sem nenhuma formação pedagógica necessária para a qualidade do ensino nessa área. Daí surge uma tentativa por parte de um grupo de professores para organizar uma Faculdade de Filosofia, mas que não procedeu.

Em função de capacitar o corpo docente com uma específica formação pedagógica, persiste a necessidade de uma Faculdade de Filosofia, sendo que sob a liderança de D. Avelar Brandão Vilela, foi criada em 1957 a Faculdade Católica de Filosofia, pela Sociedade Piauiense de Cultura, tendo como primeiro diretor o Prof. Clemente Honório Parentes Fortes. Essa Faculdade foi instituída em 16 de junho de 1958, “[...] pelo Dec. nº 43.402, de 18/02/58 e passou a funcionar provisoriamente no Colégio Sagrado Coração de Jesus no turno da noite” (BRITO, 1996, p. 88). Conforme o autor, seu reconhecimento deu-se seis anos após a autorização por força do Dec. nº 54.038, de 23 de julho de 1964.

Após a Faculdade Católica de Filosofia, observou-se a implantação de outras faculdades no Piauí, como a Faculdade de Odontologia, a de Medicina e por último a de Administração, que assim como em todo o Brasil, cujo caminho para Universidade ocorre do ajuntamento de Faculdades isoladas, essas unidades isoladas de ensino superior, se reuniram possibilitando a instituição da Universidade Federal do Piauí, que sob a forma de Fundação, se torna realidade de acordo com a Lei 5.357 de 1968 que lhe assegura recursos para manutenção e pelo projeto da Lei 5.540 de 1968 que vai inspirar seu modelo.

A criação da Universidade Federal do Piauí aconteceu em 12 de novembro de 1968, quando o então Presidente da República, Artur da Costa e Silva assinava a Lei n. 5.528, consolidando esse ato. Seguiam-se as determinações que tiveram como ponto de partida a legislação de reestruturação do ensino superior, compreendendo-a como o conjunto de atos iniciados em 1965, decorrentes de acordos firmados entre o Governo brasileiro e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), tendo sua conclusão com a promulgação da Lei n.º 5.540 em 28 de novembro de 1968.

A Universidade Federal do Piauí constitui-se como fundação de direito público, estabelecendo desde o primeiro Estatuto uma organização com base em departamentos; integração do ensino e da pesquisa; atividade de extensão; sistema de crédito, entre outras características importantes para seu funcionamento.

Reconhece-se que a educação por ser esfera da vida social, é determinada historicamente pelas disputas hegemônicas, entre os diferentes grupos e classes sociais. Logo, pode-se observar a “teia de relações”², articulada para criação dessa universidade, visto que, nesse período foi a única universidade federal a ser criada, pois segundo a professora Guiomar de Oliveira Passos, em suas pesquisa sobre a Universidade, não há na listagem das Universidades Federais elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação em que constam os atos de criação de todas as unidades, nenhuma outra universidade criada nesse período. Não se pode negar que a instituição de ensino superior, “assegura a reprodução do campo do poder” (BOURDIEUR, 1989, p. 30).

Quanto a Universidade Estadual do Piauí - UESP, esta foi criada pela Lei Estadual nº. 4.230/88 e corroborada pelo Decreto Federal, de fevereiro de 1993, que autoriza o seu funcionamento, sendo que apenas em janeiro de 1998 a UESPI conseguiu seu credenciamento, por meio do Decreto nº 9.844, credenciando essa Universidade no sistema multicampi. Observa-se inicialmente a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí-FADEP, criada pela Lei nº 3.967, de 16 de novembro de 1984; sendo a UESPI, regulamentada em 1988, pela Lei Estadual nº 4.230, de 10 de agosto deste ano, que autoriza o Poder Executivo a criar condições necessária à instalação e ao funcionamento regular desta instituição.

² C.f. ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Ed. 70, 1999.

O Decreto Federal de 25 de fevereiro de 1993, assinado pelo Presidente Itamar Franco, autoriza o funcionamento da Universidade Estadual do Piauí, constando nesse Decreto:

Art. 1º - Fica autorizado o funcionamento da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, mantida pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí, com sede na cidade de Teresina, estado do Piauí, na modalidade de sistema multicampi, instalados em Teresina, Floriano, Picos, Parnaíba e Corrente.

Nesse estudo, destaca-se o processo de interiorização da UESPI, no período de 1995 a 2000, por constituir o ponto máximo de crescimento quantitativo desta instituição, contudo a interiorização para a Microrregião das Chapadas do Extremo Sul do Piauí (objeto deste estudo), ocorreu no ano de 1992, pela UFPI (Universidade Federal). Entretanto, apesar do processo de expansão da educação superior ter início com a Universidade Federal do Piauí - UFPI, esse se intensificou no período acima citado. Porém, como será analisado posteriormente, a UFPI afastou-se das responsabilidades do Campus de Corrente, sendo realizado um acordo em que a UESPI assume a gestão. Pode-se perceber na citação do Art. 1º do Decreto Federal de 1993, autorizando o funcionamento do Campus de Corrente, que esse já fazia parte do sistema multicampi dessa Universidade.

Esse processo histórico acompanha a expansão da Educação nesse Estado, denominada de interiorização do Ensino Superior Público Estadual, representado pela UESPI, ou mesmo de massificação³ do ensino superior, que sofreu nessa época, um aumento quantitativo no número de alunos, no número de cursos de Graduação Plena, na criação de Cursos Superiores Seqüenciais de Formação Específica, entre outros. Assim, procurar-se-á realizar uma breve explanação sobre esse processo.

A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO EXTREMO SUL PIAUIENSE

Para entender-se a expansão da educação superior em uma visão da micro-história, ou seja, da Microrregião do Extremo Sul, faz-se necessário um olhar sobre o passado e retornar na história do ensino superior no Brasil. Segundo Ribeiro (2002), essa expansão é marcada tradicionalmente pelo crescimento do número de escolas isoladas, que ocorreu nos últimos dez anos antecedentes ao golpe militar de 1964.

Cunha (1989, p. 253), retrata esse crescimento demonstrando que: “As universidades, no sentido estrito, passaram de 5, em 1945, para 37, em 1964. O número de estabelecimentos isolados subiu de 293 para 564 [...] o número de universidades foi multiplicado por 7, o de escolas isoladas não chegou a dobrar.[...]”. O autor considera que as universidades não nasceram como tais, sendo formadas pela integração de escolas isoladas, pois essas escolas atingiam um certo número, em determinado local, “[...] agregavam-se em universidades, polarizadas por um vínculo institucional”.

³ Segundo Chauí (2001), costumamos dizer que houve massificação do ensino universitário porque ocorreu um aumento no número de estudantes e o nível dos cursos abaixou, para ela esse rebaixamento deve-se não somente a desproporção entre corpo docente e quantidade de alunos, mas também ao por ela considerado estado de degradação do ensino médio.

Confirmando as palavras de Brandão quanto à existência de interesses divergentes sobre educação e seus controladores, percebe-se que a natureza dessa grande expansão está voltada para atender aos interesses em ampliar a oferta de ensino público, de forma que ocorre a necessidade da criação de novos estabelecimentos de Educação Superior. Assim, para Saviani (1999) se estabelece uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existente nas diferentes regiões do País. Dourado e Catani (1999), demonstram em seus escritos, que essa expansão foi decorrente de uma necessidade de se estabelecer uma política que promovesse e renovasse o desenvolvimento da Educação Superior brasileira, sendo para isso necessário enfrentar um dos graves problemas, ou seja, os baixos índices de acesso à educação superior.

Assim, observa-se que o desenvolvimento do Brasil exige uma expansão de forma acelerada desse nível de ensino, visto que nos últimos quinze anos o crescimento foi bastante reduzido. Essa expansão apresenta-se voltada principalmente para a quantidade, pois parte da preocupação com a extensão do sistema que, na visão de alguns teóricos, rompe com princípios e diretrizes construídos historicamente, representados pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Trata da expansão e interiorização de um ensino superior, onde o ensino é dissociado de pesquisa, não tendo um formato definido. Para Dourado e Catani (1999) essa expansão objetiva atender as demandas para este nível de ensino, sem, contudo garantir a democratização e a qualidade.

Segundo Pimenta e Anastasiou (2002, p. 144), pode-se identificar na universidade brasileira modelos europeus: “o jesuítico, o francês e o alemão, que tiveram sua predominância em diferentes momentos históricos e na universidade se fazem presentes até hoje”.

Assim o modelo francês, também denominado de “modelo napoleônico de universidade”, acompanhou a expansão do ensino superior no Brasil, pois o processo de modernização sofrido pela universidade brasileira ao mesmo tempo em que se expandia fez com que fosse incorporado cada vez mais esse modelo em suas bases, considerado também traços do padrão norte-americano.

Sobre a organização do ensino superior considerado moderno no Brasil, Cunha (1989) nos mostra que, esta era definida, inicialmente no âmbito do Estado, representando um imperativo da “segurança nacional”, visto que é a partir daí que resulta a capacidade de criação de tecnologia para fins bélicos. “Nesse mesmo âmbito e no da sociedade civil, a criação interna de tecnologia era vista como condição do desenvolvimento econômico e social” (CUNHA, 1989, p. 255).

Observamos que sob a influência desse contexto geral a história da educação superior no Piauí sofreu mudanças extraordinárias com a expansão e interiorização de sua Universidade Estadual. O quadro abaixo registra dados demonstrativos do vertiginoso crescimento da UESPI, que foi mais intenso no período de 1995 a 2000.

QUADRO DE EXPANSÃO RETRATANDO O CRESCIMENTO QUANTITATIVO DA UESPI NO PERÍODO DE 1995 A 2000

	1995	2000
Alunos	2.500	21.000
Cursos de Graduação Plena	15	24
Cursos Superiores Seqüenciais de Formação Específica	00	24
Turmas de Pós-graduação	00	28
Inscritos no Vestibular	Sem registro	41.000

	1995	2000
Professores com Pós-graduação	04 mestres	19 doutores 44 doutorandos 92 mestres 60 mestrandos
Bolsistas	Sem registro	242
Projetos de Pesquisa (CNPq)	00	06 cadastrados 35 de Iniciação Científica
Trabalhos Publicados em Anais	10	136
Campi e Núcleos Universitários	04	31
Prefeituras Conveniadas	00	220

FONTE: COORDENAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI

Ao se fazer uma comparação desse intenso período de interiorização, percebem-se características correspondentes ao que Pimenta e Anastasiou (2002) consideram como um modelo denominado de universidade operacional, que ocorreu a partir dos anos 90, proporcionando uma profissionalização por meio da transmissão rápida de conhecimentos, cuja habilitação objetiva atender com rapidez graduados que precisam entrar urgentemente no mercado de trabalho.

No Piauí essa expansão como já foi citado nesse estudo iniciou-se por sua Universidade Federal, em 1992, chegando até Corrente sendo dessa forma realizado o primeiro vestibular nessa Cidade, com 60 vagas, sendo 30 para o curso de Pedagogia e 30 para o curso de Agronomia. Posteriormente foi realizado um convênio entre FADEPE/UFPI/UESPI, ficando assim a Universidade Federal ausente desse processo, passando a responsabilidade para a UESPI, que realizou o segundo vestibular e mantém campus na cidade de Corrente e Curimatá, funcionando com vários cursos no período normal e cursos no período de férias. Hoje a região do Extremo Sul também conta com uma Faculdade de ensino superior Privado, situada na cidade de Corrente.

A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM CORRENTE: MEMÓRIAS DA “CAPITAL DA CULTURA”

Ao tratar da expansão da educação superior representada pela interiorização da UESPI, até a Microrregião das Chapadas do Extremo Sul Piauiense, mais precisamente à cidade de Corrente, torna-se necessário um “auto-olhar” da comunidade, na tentativa de se ter a “[...] presença do passado no presente imediato das pessoas” (MEIHY, 2002, p. 15), como forma de garantir o sentido social na vida dos depoentes e leitores, que por meio dos depoimentos orais ou escritos, participam de forma direta do processo e passam a se sentir realmente parte desse contexto.

Assim tem-se aqui uma tentativa de fazer uma relação entre a história e a memória desses sujeitos protagonistas do processo de interiorização, que segundo depoimentos “levou luz e esperança para a região”.

Antes de se falar da interiorização, pergunta-se: por que a cidade de Corrente? O que levou esta cidade a ser considerada um pólo cultural da região?

Para responder esses questionamentos é necessário voltar o olhar para o Piauí, onde se percebe que geograficamente está dividido em 222 municípios, agrupados em mesorregiões e em 15 microrregiões geográficas, mas de acordo com Rodrigues (2004), segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), essa divisão não é definitiva, devido a dinamicidade do caráter humano, característica que lhe proporciona a capacidade de construir o seu espaço e de alterar sua estrutura, fazendo com que a história, assim como o espaço humano esteja sempre em construção.

Essa Microrregião é formada pelas cidades de Avelino Lopes, Corrente, Cristalândia do Piauí, Curimatá, Júlio Borges, Morro Cabeça no Tempo, Parnaguá, Riacho Frio e Sebastião Barros. Assim, esse olhar lança-se sobre um município situado em uma região planáltica no Extremo Sul do Estado, distante a 874 Km da Capital (Teresina). Trata-se de Corrente, considerada por “Capital da Cultura”, denominação esta devido a grande migração de estudantes para esta cidade nas décadas de 20 a 70, aonde pessoas de todo o Brasil vinham para o então chamado, na época, de Instituto Batista Industrial, hoje Instituto Batista Correntino.

Reconhecendo a profundidade do relacionamento entre a história e a memória, pois a transmissão deste capital cultural se torna possível a partir de um alargamento do “círculo dos herdeiros” legando “posses do passado para o futuro” (ARENDRT apud SOUZA, 2000, p. 41). Representa-se aqui para responder aos questionamentos um “auto-olhar” da comunidade, na pessoa da Profª Edy Guerra Nogueira, que de volta ao ano de 1904 e ao dia dez de janeiro, em suas memórias penetra na história:

Neste dia foi instalado o Colégio Correntino Piauiense, sob a direção de miss Juliet Barlow, que recebia crianças até 04 (quatro) anos de idade para o jardim de infância. Logo depois foi inaugurada a Biblioteca Correntina, sendo proferidos na ocasião muitos discursos.

Em 1913, Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá pediu ao Secretário Executivo da Junta de Missões Estrangeiras da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos que fundassem um Colégio no Sul do Piauí. A comissão enviada pela Missão Batista do norte do Brasil, sondando as possibilidades do trabalho nesta região, ficou convencida de que deveria ser estabelecido um centro missionário, (escola industrial – agrícola) para ajudar na evangelização desta vasta região. Aprovado então o pedido pela junta de Richmond, três casais de missionários chegaram até Corrente: Dr. Adolph John Terry e esposa D. Lulu Terry; Dr. Arnold Hays e esposa D. Helen Hays, Dr. J. L. Downing e esposa D. Isabel Downing.

Assim foi que no dia 20 de maio de 1920, o Instituto Batista Industrial, hoje Instituto Batista Correntino, foi registrado oficialmente, surgindo então um “oásis” no deserto da ignorância, prestando serviço na área da educação, que só Deus pode avaliar os benefícios prestados à nossa região não só na área de ensino como na área de evangelismo.

Era tanta a confiança que se depositava no ensino dessa instituição, que vinham pessoas de todas as regiões, para estudar em sistema de internato. Lembro-me (disse a professora) de que ao ir a Teresina fazer uma cirurgia,

encontrei-me com um ex-aluno (natural de Timon –MA), que havia estudado em Corrente.

Segundo a professora Edy desde 1920, período em que foi implantado oficialmente o IBI, até a década de 70, muitos jovens, de todo Brasil, procuraram o Instituto em busca do saber, da cultura, por isso esse nome “Corrente - Capital da Cultura”.

Percebe-se que hoje Corrente abriga um campus da UESPI, com vários cursos e uma Faculdade de ensino superior privado, a Faculdade do Cerrado Piauiense, ambas, hoje, responsáveis pela migração de jovens de todas as regiões, que vão prestar vestibular nessas instituições.

Revivendo a história, percebe-se que foi movido pelo espírito de Capital da Cultura que se implantou esse Campus de Corrente. Observa-se que este surge na década de 90 instaurando uma verdadeira revolução educacional para a região. Contrastando com a implantação da primeira Faculdade de Ensino Superior do Piauí (de iniciativa privada), o ensino superior em Corrente deu-se por iniciativa e pressão da própria comunidade, em reconhecimento às dificuldades enfrentadas por todos os filhos da cidade, pela necessidade de deslocamento em busca da qualificação em terceiro grau, intento esse que a maioria sequer teria condições de tentar, sem perspectiva nenhuma para sair de Corrente.

A proposta inicial era de uma universidade comunitária, nos moldes da Universidade de Passo Fundo (esta universidade, inclusive, chegou a qualificar professores de Corrente para ministrarem aulas na futura Universidade Comunitária). Mas, a implantação da Universidade Comunitária não teve êxito, pois, na época havia um Decreto Federal impedindo a implantação de novos cursos. A comunidade e o Instituto Batista Correntino já haviam efetuado doações com vistas na nova Universidade e, buscando não frustrar essa expectativa, foi realizado um convênio entre FESPI /UFPI e FADEPI⁴. Como já citado, o primeiro vestibular da instituição foi realizado pela Universidade Federal do Piauí –UFPI, em 1992, como a UFPI não manteve o convênio integralmente, entra em cena a Universidade Estadual do Piauí que passa a assumir as turmas, que apesar de terem recebido diplomas pela Universidade Federal, foram mantidas pela UESPI. Diante de tantos problemas a sociedade anseia por uma universidade diferente.

É importante observar que Corrente em sua história tinha no decorrer do tempo se distanciado de sua Capital, para recorrer a cidades como Brasília, Goiás, Recife, entre outras, para a educação de seus filhos. Mas recentemente, com a interiorização, essa relação tem se estreitado, sendo percebido que cada dia, mesmo com problemas como péssimas estradas, que dificultam o acesso de Corrente para o Norte da Região observa-se uma forte ligação desta cidade com Teresina, sendo percebida pela presença de alunos de Corrente estudando na UFPI e UESPI (cursos que não são oferecidos na cidade), o que não ocorria com tanta frequência há algum tempo atrás; bem como a presença significativa de alunos e professores em encontros, congressos realizados em Teresina, tanto na UFPI, como na UESPI. Na reunião da SBPC⁵, realizada em Teresina (2004), havia um significativo número de estudantes e professores do Sul do Estado.

Assim, quando se pergunta: o que tem sido a interiorização para o Piauí? Precisaria de um estudo mais profundo para se ter uma resposta, seria necessário “Repensar a extensão

⁴Fundação de Ensino Superior do Piauí; Universidade Estadual do Piauí; Fundação Apoio ao Desenvolvimento do Estado o Piauí, respectivamente.

⁵ Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência.

universitária, entendendo-a como colaboração interativa com outros atores sociais e institucionais para enfrentar as barreiras da aprendizagem [...] a ser realizada de modo indissolvelmente unido com o ensino e a pesquisa [...]” (DOURADO; CATANI; OLIVEIRA (ORG.), 2003, p. 45).

Contudo, ao se perguntar: o que tem sido a interiorização para Corrente? Essa resposta pode ser obtida por um “auto-olhar” da comunidade, representado por ex-alunos que hoje ocupam ou já ocuparam cargos de influência na região e que graças à interiorização desse ensino concluíram a graduação e posteriormente pós-graduação conseguindo sucesso em concursos públicos.

Para se conhecer a importância da interiorização na vida desses sujeitos faz-se necessária a visão dessa história que está presente em suas memórias:

Ver, olhar nos olhos; ouvir, escutar as palavras; sentir a presença da pessoa, os odores dos lugares são condições que nada supera. As máquinas registram as vozes e as imagens. Apenas as vozes e as imagens. As emoções são captadas por nossos sentidos (MOLLINARI apud MEIHY, 2002, p. 28).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a construção de um processo histórico é necessário compreender-se que esse processo insere-se no contexto social global que determina e é determinado por inter-relações entre os sujeitos que aí atuam. Assim, ao se analisar as finalidades da universidade é preciso situá-la e criticá-la como instituição social que apresenta compromissos historicamente definidos.

Com base na relação entre a memória e história da educação superior, fundamentando-se na linha de pensamento de Antônio Nóvoa, reconhecendo que “[...] sociedade é, portanto, um sistema fenomenal dotado de uma memória geradora e regeneradora: a educação. Assim, esses termos, num sentido amplo, se confundem: a educação é a memória social” (NÓVOA apud SOUZA, 2000, p. 41-42), é em comum acordo com esse pensamento que essa pesquisa será realizada em sua continuidade.

Com esta visão procurar-se-á buscar memórias coletivas e individuais, para a reconstrução dessa história, procurando-se sempre a veracidade dos fatos, reconhecendo na afirmação de Le Goff (2003) que a história, assim como as demais ciências têm como norma, a verdade. Desta forma para uma reconstrução histórica torna-se necessário ao se ler, ouvir e contar o outro, ter-se também uma visão da inter-relação e do cruzamento das fontes como: documentos, atas, fotos, e outras, para que se possa ter uma garantia dessa verdade.

Busca-se na memória da professora Edy, cujas palavras representam de certa forma essa memória “geradora e regeneradora”, que é a educação, considerando que o “Instituto Batista Industrial, hoje Instituto Batista Correntino”, fez com que surgisse um “oásis” no deserto da ignorância, prestando serviço na área da educação, que só Deus pode avaliar os benefícios prestados à nossa região [...], podendo ser hoje essa expressão transferida para a expansão da educação superior, que de certa forma surgiu nesse “oásis” e tem sua continuidade, de maneira

que só Deus e aqueles sujeitos que participaram desse processo (seus verdadeiros protagonistas), podem avaliar os benefícios prestados a toda a região e a cada um individualmente.

Logicamente há controvérsias, pois a educação superior deve proporcionar a formação do homem e da mulher, pois hoje mais do que nunca se exige a formação de um profissional que seja um “mediador” da “vida social” de forma efetiva, possibilitando que as expectativas e os desejos coletivos da comunidade em geral sejam priorizados; que seus membros estejam integrados à vida social global, com todas as possibilidades e que a educação possa proporcionar a formação do profissional “mediador da vida social”, tornando-se sujeito protagonista de sua própria história e possibilitando aos educandos a verdadeira autonomia.

Percebe-se que em torno dos acontecimentos, há uma dinâmica de inter-relações, uma multiplicidade de olhares, que fazem com que existam outros lados da história. Assim há aqueles que questionam a interiorização da educação superior, considerando-a como massificação do ensino, onde a quantidade predomina sobre a qualidade. Tem-se, no entanto, que refletir sobre esse processo, considerando o “auto-olhar” da comunidade.

Comparando-se esse intenso período de interiorização do ensino superior até o Extremo Sul Piauiense, precisamente até a cidade de Corrente, percebem-se características correspondentes ao que Pimenta e Anastasiou (2002) consideram como características presentes no modelo denominado de universidade operacional, que ocorreu a partir dos anos 90, proporcionando uma profissionalização por meio da transmissão rápida de conhecimentos, cuja habilitação objetiva atender com rapidez graduados que precisam entrar urgentemente no mercado de trabalho, sem, contudo, haver uma preocupação com a qualidade desse ensino.

Questiona-se quanto ser realmente essa expansão uma massificação da educação superior, no entanto, deve-se reconhecer que a idéia de massificação pressupõe uma concepção elitista do saber. Assim, está historicamente a expansão da educação superior na Microrregião das Chapadas do Extremo Sul Piauiense contribuído efetivamente para o desenvolvimento sociocultural dessa região?

Com efeito, a expansão da educação superior, em sua pretensão de atender às demandas sociais por esse nível de ensino, procura dar oportunidade às “massas” a terem acesso a essa educação, sem, no entanto proporcionar uma infra-estrutura de atendimento como bibliotecas, áreas físicas adequadas, laboratórios e um corpo docente permanente. Assim sendo, a maneira como vem acontecendo esse processo, não está de forma implícita favorecendo a idéia de que qualquer saber é suficiente? Está a expansão da educação superior implicando de forma direta na diminuição da qualidade sem reconhecimento e garantia da igualdade e liberdade dos cidadãos, declaradas sob a forma de direitos?

Assim, ao se reconstruir a história da educação superior, tal procedimento supõe um processo investigativo que não deve ser limitado, procurando-se assim voltar o olhar para os diversos aspectos desse contexto histórico em que se desenvolve o fenômeno educativo, pois a problemática concreta da educação superior surgirá no decorrer da investigação; possibilitando reconhecer a amplitude da educação e sua complexidade, considerando-se esta como uma prática histórico-sociocultural, que envolve individual ou coletivamente o ser humano de forma duradoura, fazendo com que este, possua e construa sua própria história (a qual pode ser escrita ou não). Confirma-se que a história da educação, como ciência em construção, faz parte desse processo histórico. A história da educação das Chapadas do Extremo Sul acompanha a expansão dessa educação, devendo ser estudada em seus aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais, partindo da visão de seus atores sociais, por meio de suas histórias e memórias.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz, Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina, EDUFPI, 1996.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

CHAGAS, Valnir. A reforma universitária e a faculdade de filosofia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, n. 83, p. 38-80, 1961.

CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade crítica**: o ensino superior na república populista. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

_____. **A Universidade Temporã**: o ensino superior da colônia à Era Vargas. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileira, 1980.

_____. **A Universidade Reformada**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes (Orgs.). **Universidade Pública**: Políticas e Identidade Institucional. Campinas, SP: Autores Associados, GO: Editora da UFG, 1999.

GALVÃO, ANA Maria; LOPES, Eliana Marta Teixeira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas, São Paulo, 2003.

LOPES, Eliana Marta Teixeira. **Perspectivas históricas da educação**. 2. ed. São Paulo, 1989.

LUCKESI, Cipriano et al. **Fazer Universidade**: uma proposta metodológica. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 4.ed. São Paulo, 2002.

MOVIMENTO: Universidade em reforma. São Paulo: Editora Três, nº 10, março. 2004.

PIMENTA, Celma Garrid; ANASTASIOU, Léa das Graças G. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

RIOS, Terezinha Azeredo. **Compreender e Ensinar**: por uma docência da melhor qualidade. São Paulo: Cortez, 2001.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 8. ed. São Paulo: CORTEZ/AUTORES ASSOCIADOS, 1988.

RIBEIRO, Maria das Graças M. **Educação superior Brasileira**: reforma e diversificação institucional. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da história do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1996.

RODRIGUES, Joselina Lima P. **Estudos Regionais**: geografia e história do Piauí. Teresina, PI: Halley, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 11. ed. São Paulo: Autores Associado, 1993.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Cristiano de. **Escola e memória**. Bragança Paulista: INFAN-CDAPH. Universidade São Francisco. 2000.

VIEIRA, Evaldo. Por uma história da educação que esteja presente no trabalho educativo... **Revista Educação e Sociedade**, São Paulo: Cortez, nº 12, p. 110-112, set. 1982.